

Prerrogativa do Congresso

JOSE HELDER DE SOUZA

No azado momento em que se põe na mesa do jogo político a reconstituição jurídico-política do País, com a natural devolução das prerrogativas do Congresso, suprimidas ou usurpadas com o AI-5, neste exato momento os remanescentes do **ancien régime** pregam a subtração do direito do Congresso de examinar e discutir os acordos internacionais celebrados pelo Brasil. Entre esses acordos, naturalmente, estão os de ordem econômica, inclusive os firmados com o Fundo Monetário Internacional.

No primeiro semestre deste ano, com muita oportunidade, o deputado Oswaldo Lima Filho, numa das mais sérias tentativas de redignificar a representação popular, apresentou projeto na Comissão de Relações Exteriores pedindo a anulação dos acordos firmados pelo Brasil com o FMI, no período compreendido entre 1982 e 1984, pelo governo Figueiredo, quando o ministro Delfim Netto e seus acólitos alienaram nossa autonomia e sujeitaram a soberania nacional ao arbitrio daquele Fundo. Os componentes da comissão aceitaram plenamente a proposta do representante de Pernambuco. Nos próximos dias seu projeto deverá estar sendo discutido no plenário da Câmara.

Quando se abre a perspectiva de ser amplamente ventilada a questão desses acordos, vozes soturnas e não muito bem identificadas levantam-se para dizer não caber ao Congresso a discussão de matérias tais. No entanto, é a própria Constituição herdada da ditadura que estabelece exatamente em seu artigo 44, quando trata das atribuições do Congresso, no inciso I: "Resolver definitivamente sobre tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República". Não há como tirar os acordos com o FMI desses dispositivos que, certamente, será melhorado e ampliado na Constituição a ser elaborada proximamente. Não seria, portanto, lógico que o governo da Nova República subtraísse ao Congresso a prerrogativa de discutir acordos econômicos com órgãos ligados aos meios financeiros ou mesmo a nações ou seus bancos, financiadores de quaisquer projetos de desenvolvimento ou coisa que o valha para o Brasil.

O presidente Jose Sarney está fazendo uma viagem histórica: a primeira visita a um país latino-americano onde foi levantar a bandeira do desenvolvimento e da soberania política e econômica para estas nações submetidas à sufocante dívida externa. Nas falas do presidente Sarney pode-se identificar nitidamente seu repúdio a qualquer submissão ou emperramento de nossa economia jogada em recessão, como quer o FMI.

14 AGO 1985